

RELATÓRIO DE GESTÃO ANÁLISE DO BALANÇO E DAS CONTAS Ano de 2018



1. INTRODUÇÃO

O presente relatório complementa o Relatório de Actividades de 2018, tratando especialmente da análise, ainda que breve, das principais rubricas das Demonstrações Financeiras da Agência relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O exercício de 2018 foi o primeiro, no novo ciclo de acreditações 2017-2022, a decorrer em atividade plena, em termos de avaliações de ciclos de estudos em funcionamento (ACEF) e acreditações institucionais (AINST).

Os resultados deste ano ficam marcados por um equilíbrio contabilístico, financeiro e orçamental, perfeitamente ajustado às previsões efetuadas no quarto trimestre de 2018.

Neste décimo ano de actividade da Agência, como se previra, as medidas correctivas na valorimetria utilizada na especialização e consequente reconhecimento dos rendimentos e gastos, iniciadas em 2016, permitiram atingir um resultado próximo do equilíbrio que torna mais evidente o rigor e razoabilidade, não só, no estabelecimento das taxas praticadas pela Agência, como também no controlo orçamental imposto em todas as actividades e gastos.

Na composição dos rendimentos são notadas três alterações significativas: o aumento nas taxas de Acreditação Institucional, motivado pela realização das visitas às IES durante este exercício; o aumento, para sensivelmente o dobro, das taxas relativas ao procedimento especial de renovação da acreditação (PERA); e a diminuição das taxas por recurso de decisões, para o Conselho de Revisão. Não existiram alterações relevantes no número de visitas efetuadas, relativas à avaliação de ciclos de estudos em funcionamento (ACEF), bem como no volume de novos ciclos de estudos (NCE) submetidos à acreditação.

O volume e representatividade das várias rubricas de gastos reconhecidos mantiveram-se relativamente estáveis. Ainda assim, podem ser observadas ligeiras diminuições nos gastos com o pessoal, bem como nos gastos variáveis com as remunerações aos membros das Comissões de Avaliação Externa. As variações positivas em Fornecimentos e Serviços Externos serão analisadas mais à frente, neste relatório.

Como se explicará, o resultado líquido do exercício aproxima-se do equilíbrio quando levadas em conta as especializações do exercício. Esta estabilidade foi atingida, do lado da receita, pela maior rentabilidade das taxas AINST, quando comparadas com as taxas ACEF e do lado das despesas, pela ligeira redução nos gastos com pessoal e no montante das remunerações a pagar aos membros das CAE.

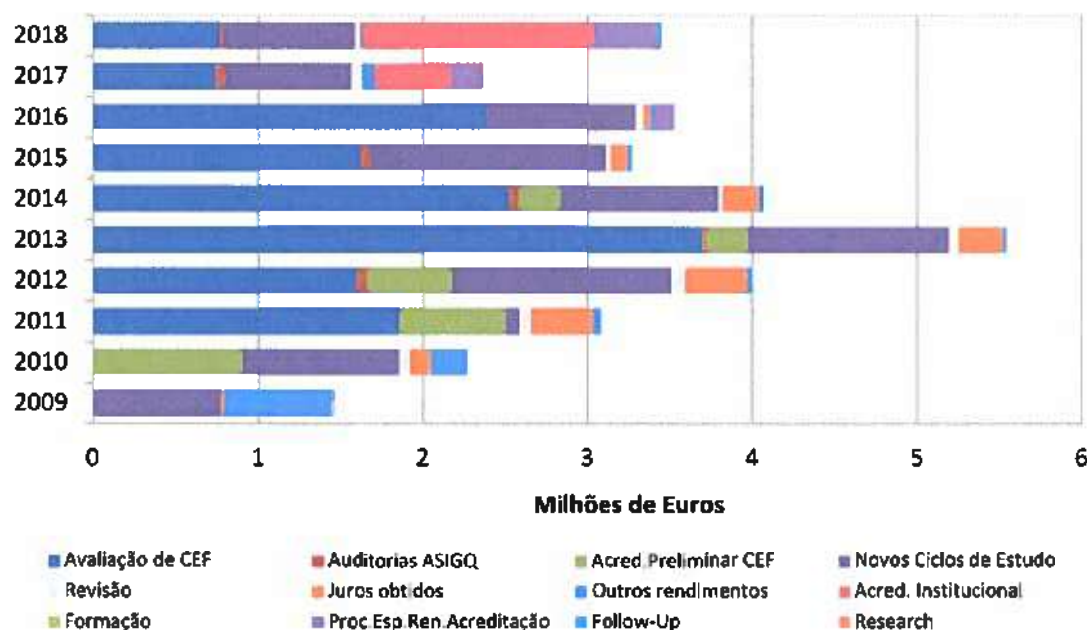
Por último, conforme já se referiu em relatórios dos anos anteriores, e de acordo com o previsto no diploma legal que criou a Agência, bem como nos seus Estatutos, a A3ES deixou de contar para o seu financiamento desde 2011, inclusive, com quaisquer dotações providas do Orçamento de Estado, passando o seu financiamento a depender apenas das suas receitas próprias, sendo estas resultantes do produto das taxas que está autorizada a cobrar a título dos procedimentos de avaliação e acreditação que, nos termos da lei, tem a seu cargo.

[Handwritten signatures and initials in the right margin]

2. PRINCIPAIS FLUXOS DE PROVEITOS

Durante o ano de 2018 tiveram especial relevância, nos rendimentos reconhecidos, as taxas provenientes da acreditação institucional (AINST) que representaram 40% do total das taxas reconhecidas, no montante de 1.396.997 euros. As taxas referentes ao procedimento especial de renovação da acreditação (PERA) tiveram também um aumento importante, mais que duplicando em relação a 2017, ascendendo a 384.000 euros.

GRÁFICO 1 – RENDIMENTOS RECONHECIDOS



As taxas resultantes da submissão à acreditação de novos ciclos de estudos (NCE) mantiveram-se relativamente estáveis, com um crescimento de 5% (mais 35.500 euros

que em 2017). Já as taxas de avaliações de ciclos de estudos em funcionamento, viram a sua representatividade diminuir novamente, no total dos rendimentos reconhecidos (de 31% para 22%) ainda que tenham aumentado ligeiramente (23.000 euros) para os 767.000 euros.

À semelhança do exercício anterior, em 2018 já não existiu o reconhecimento de rendimentos relativos à acreditação preliminar de ciclos de estudo em funcionamento, ocorrida em 2010, mas cujo proveito se decidiu diferir e reconhecer proporcionalmente até ao exercício de 2014.

O produto dos juros das aplicações financeiras perdeu ainda mais relevância no total dos rendimentos reconhecidos, em virtude da queda continuada das taxas de juro dos depósitos a prazo. Estes rendimentos, que em 2017 representavam 1% do valor total de rendimentos reconhecidos, significam agora apenas 0,5% dos mesmos.

3. PRINCIPAIS RUBRICAS DE GASTOS

Os Gastos totais em 2018 foram inferiores em cerca de 90.000 euros aos registados no ano anterior. À semelhança do exercício de 2017, também neste exercício, as mais relevantes rubricas foram os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e os Gastos com o Pessoal. Em FSE's assumem particular relevo os Gastos com Deslocações e Estadas, resultantes das estadias dos membros das Comissões de Avaliação Externa (CAE), consequência das visitas às Instituições de Ensino Superior (IES) em especial no âmbito da avaliação institucional. Em virtude do maior número de visitas efetuado em 2018, estes gastos aumentaram num montante próximo dos 57.000 euros. A composição dos Gastos Totais pode ser observada no gráfico seguinte:

GRÁFICO 2 – COMPOSIÇÃO DOS GASTOS RECONHECIDOS



Nos Gastos com o Pessoal, deve ser feita uma distinção entre os gastos fixos da estrutura de pessoal da Agência (57%) e os gastos variáveis que dizem respeito à remuneração do trabalho prestado pelos peritos externos que integram as CAEs (43%), gastos esses que variam em função do número de processos tratados e das visitas realizadas durante o

exercício. Ainda que tenha existido um maior número ciclos de estudos avaliados em 2018 do que aquele registado em 2017, as remunerações processadas aos membros das CAE's registaram uma redução de 4% num montante de 55.600 euros, explicada pelos montantes pagos a este título em 2017 ainda terem sido afetados pelos anteriores critérios de especialização do exercício.

4. ANÁLISE DO BALANÇO

4.1- ACTIVO NÃO CORRENTE

Em 2018 houve uma desvalorização dos activos fixos num montante próximo dos 11.000 euros, quase exclusivamente justificado pela amortização da viatura adquirida em 2017.

Já os activos intangíveis, que se referem aos investimentos passados feitos no sítio da Agência na Internet, bem como na plataforma electrónica e demais *software*, constituindo estes os instrumentos fundamentais do modo de operação da Agência, não apresentam qualquer variação e encontram-se já totalmente amortizados.

Porém, em 2018, deu-se início a um projeto de melhoramento da plataforma electrónica, devidamente orçamentado, estando os gastos inerentes à subcontratação, para o efeito, de uma empresa especializada, a ser registados na conta de imobilizado em curso, uma vez que apenas deverão entrar em modo produtivo durante o exercício de 2019. Este investimento ascende a uma verba próxima dos 50.000 euros.

4.2- ACTIVO CORRENTE

Nesta rubrica é mantido o critério, já utilizado nos anos anteriores, de contabilizar em "Clientes" as taxas de acreditação cuja data limite para pagamento fora já ultrapassada, mas que ainda não tinham sido liquidadas pelas instituições. À data de encerramento das contas estavam por liquidar 628.500 euros em taxas de acreditação cujo prazo limite de pagamento era o dia 28 de dezembro de 2018. À data de elaboração deste relatório, praticamente a totalidade das IES já haviam liquidado estas taxas.

Por sua vez, o valor da conta "Estado e outros entes públicos" refere-se à retenção indevida de IRC sobre juros bancários, que se espera vir a recuperar em 2018, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores.

A rubrica "Diferimentos" respeita a rendas, seguros e outras despesas cujo fluxo financeiro de pagamento ocorreu em 2018, mas cujo gasto deverá apenas ser reconhecido em 2019. Consta também desta rubrica, a taxa já paga pela A3ES, à European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA) para a revalidação da sua acreditação internacional, para o período 2019-2023, no valor de 36.900 euros, bem como a quota anual para 2019, da mesma organização, no montante de 4.635 euros.

Dos meios líquidos reportados em "Caixa e depósitos bancários" num montante global de 9.260.122 euros, cerca de 65% estão depositados a prazo em instituições bancárias

portuguesas, ascendendo o montante desses depósitos a 5.950.000 euros à data de encerramento das contas, tendo essa verba sido reforçada nos primeiros dias do exercício de 2019, fruto do recebimento de um elevado volume de taxas de acreditação nos últimos dias de 2018 e da renovação de um depósito a prazo no banco Santander-Totta.

4.3- CAPITAL PRÓPRIO

Conforme foi já referido em relatórios de anos anteriores, o valor presentemente contabilizado, de acordo com o Novo Sistema de Normalização Contabilística, em capital realizado, de 3.100.000 euros, corresponde à soma do valor da dotação inicial do Estado, contabilizada inicialmente a título de Fundo Patrimonial, de 1.000.000 de euros, acrescido do remanescente da verba recebida, também do Estado, a título de subsídio de instalação, no montante de 2.100.000 euros. Essa verba sobrança daquele subsídio fica a dever-se, designadamente, à opção tomada de não aquisição do local de instalação da Agência e foi assim contabilizado depois de obtido parecer favorável do Conselho Fiscal.

No que se refere à variação do Capital Próprio, em relação ao ano anterior, releva naturalmente a incorporação, em Resultados Transitados, do resultado negativo do ano transato.

O valor registado em "Outras variações no capital próprio" resulta da adopção do Novo Sistema de Normalização Contabilística, que aponta no sentido da transferência para esta rubrica de proveitos diferidos, anteriormente reconhecida no passivo, respeitante ao subsídio recebido do Estado e utilizado em "Despesas de investigação e desenvolvimento" e "Equipamento administrativo". Os bens adquiridos com este fim encontram-se já totalmente depreciados, restando ainda utilizar 48.975 euros deste subsídio, que serão utilizados aquando da entrada em funcionamento do imobilizado em curso já referido neste relatório.

4.4- PASSIVO CORRENTE

Os valores que constam do Passivo Corrente dizem exclusivamente respeito aos saldos que decorrem da actividade normal da Agência, como por exemplo, o pagamento de despesas correntes, a crédito, aos seus fornecedores. Em 2018, o prazo médio de pagamento a fornecedores foi novamente encurtado e é, agora, de vinte e quatro dias.

O valor inscrito como crédito de "Estado e outros Entes Públicos" diz respeito às retenções na fonte de IRS, efectuadas até 31 de dezembro de 2018, sobre o valor pago a título de senhas de presença aos membros das comissões de avaliação externa e de salários pagos aos colaboradores, bem como as contribuições para regimes de protecção social (Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações) que foram regularmente entregues ao Estado em janeiro de 2019. Já o valor residual relativo a "Financiamentos obtidos", diz respeito ao capital por liquidar do novo contrato de *leasing* da viatura afecta ao Conselho de Administração, celebrado em maio de 2017.

Por sua vez, o montante inscrito na rubrica "Outros passivos correntes" inclui, designadamente, a estimativa de encargos para férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais a pagar em 2019, mas respeitantes a direitos adquiridos em 2018, no

valor de 198.575 euros, bem como o valor apurado das senhas de presença dos membros das CAE, a liquidar em 2019, mas referentes a processos de acreditação cujo trabalho tenha sido concluído até ao final do exercício de 2018, que ascendem ao valor de 677.566 euros.

O desenvolvimento do montante registado em "Diferimentos", de 4.859.250 euros, pode ser observado no quadro seguinte (Quadro 1). Este valor é composto pelas taxas recebidas em 2018 ou anos anteriores, mas cujos procedimentos de avaliação e acreditação apenas terão lugar em 2019, sendo que é nesse exercício que os processos gerarão os correspondentes gastos para a Agência.

QUADRO 1 - RECONHECIMENTOS E DIFERIMENTOS DE RENDIMENTOS EM 2018

Processo	ciclo	proveniente de 2017	origem em 2018	a diferir para 2019	Reconhecido em 2018
Novos Ciclos de Estudos	NCE/16	12.000,00 €	0,00 €	0,00 €	12.000,00 €
	NCE/17	823.500,00 €	9.000,00 €	45.000,00 €	787.500,00 €
	NCE/18	0,00 €	661.500,00 €	661.500,00 €	0,00 €
Avaliação de Ciclos de Estudos em Funcionamento	ACEF/1516	20.000,00 €	0,00 €	0,00 €	20.000,00 €
	ACEF/1617	144.000,00 €	0,00 €	144.000,00 €	0,00 €
	ACEF/1718	8.100,00 €	1.785.400,00 €	1.046.500,00 €	747.000,00 €
	ACEF/1819	0,00 €	2.848.500,00 €	2.848.500,00 €	0,00 €
	REAS/1718	0,00 €	40.500,00 €	40.500,00 €	0,00 €
Renovação de Acreditação	PERA/1617	26.000,00 €	0,00 €	0,00 €	26.000,00 €
	PERA/1718	0,00 €	384.000,00 €	26.000,00 €	358.000,00 €
	PERA/1819	0,00 €	47.250,00 €	47.250,00 €	0,00 €
Acreditação Institucional	AINST/16	1.308.464 €	88.533,00 €	0,00 €	1.396.997,00 €
Outros	ASIGQ/18	0,00 €	24.000,00 €	0,00 €	24.000,00 €
	REVISÃO	0,00 €	28.500,00 €	0,00 €	28.500,00 €
	RESEARCH	0,00 €	4.500,00 €	0,00 €	4.500,00 €
	FOLLOW-UP	0,00 €	25.500,00 €	0,00 €	25.500,00 €
Total		2.342.064,00 €	5.947.183,00 €	4.859.250,00 €	3.429.997,00 €

4.5- RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

A terminar, e no que respeita à análise do balanço, refira-se que o Resultado Líquido do Exercício (RLE), no valor de 40.552 euros, cuja origem quantitativa se exporá no capítulo seguinte, apresenta um melhoramento significativo relativamente ao exercício anterior, que deriva essencialmente de dois fatores distintos: a relativa manutenção do número de visitas ACEF efetuadas em 2017, conjugada com as taxas reconhecidas como rendimento do exercício, das acreditações institucionais (AINST); assim como a ligeira diminuição dos gastos com pessoal e senhas de presença a pagar aos membros das CAE. Em face do elevado número de visitas AINST, este melhoramento dos resultados é logicamente contrabalançado pelo aumento das despesas com deslocações e estadas. O já mencionado início de um novo ciclo de acreditações impede que outras comparações operacionais sejam efetuadas entre este primeiro exercício de um novo ciclo e o exercício de 2017, que, como se referiu no relatório do ano anterior, fechou o primeiro ciclo de acreditações desta Agência.

Como foi também notado, para este resultado contribuem os rendimentos financeiros, no montante de 15.814 euros. Os resultados financeiros reflectem a contínua baixa nas taxas de depósitos a prazo oferecidos no sistema bancário nacional. À semelhança do que se verificara já desde 2014, esta tendência negativa das taxas tem penalizado a rentabilidade dos capitais próprios especialmente desde 2017.

A evolução dos dois principais componentes do RLE, os resultados operacionais e os resultados financeiros, pode ser observada no gráfico seguinte.

GRÁFICO 3 – COMPOSIÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO



5. ANÁLISE DA CONTA DE RESULTADOS

5.1- RENDIMENTOS (ANTES DENOMINADOS PROVEITOS)

O valor total dos Rendimentos subdivide-se entre as taxas cobradas e rendimentos financeiros, nomeadamente juros. Os rendimentos provenientes da cobrança de taxas no valor de 3.425.497 euros (Quadro 1) provêm das taxas de acreditação prévia de novos ciclos de estudos, no valor de 799.500 euros; das taxas de avaliação de ciclos de estudo em funcionamento, que ascendem a 767.000 euros; das taxas de acreditação institucional (AINST) no valor de 1.396.997 euros; das taxas dos procedimentos especiais de renovação das acreditações (PERA) no valor de 384.000,00 euros; das taxas devidas pela acreditação dos sistemas internos de garantia de qualidade das IES, no montante de 24.000 euros; das taxas relativas aos procedimentos de *follow-up* das acreditações condicionais no valor de 25.500 euros; e das taxas relativas aos procedimentos de recurso para o Conselho de Revisão, no valor de 28.500 euros. A somar a este montante, existe ainda um reconhecimento de rendimentos no valor de 4.500 euros relativo à colaboração da Agência com o GAES de Macau, no desenvolvimento do projeto "*Pilot Study on Program Review*".

No Gráfico 4 é apresentada a relevância de cada tipo de taxa, no período 2009-2018 onde é visível a relevância dos processos ACEF e NCE no conjunto dos rendimentos da Agência.

GRÁFICO 4 - RENDIMENTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO 2009-2018



Ainda no capítulo dos Rendimentos, há a referir na conta de “Outros rendimentos e ganhos” a quantia de 7.009 euros que se desdobra em correcções do exercício anterior no montante de 2.763 euros; e montantes recebidos dos projetos internacionais de investigação em que a Agência está envolvida, no montante de 4.246 euros.

Os rendimentos financeiros são os juros das aplicações a prazo que se encontravam constituídas durante o ano de 2017 e que foram reconhecidos como proveito respeitando o princípio da especialização dos exercícios. Consideraram-se, assim, 15.814 euros como rendimentos financeiros deste exercício. Tendo em conta que a Agência faz aplicações regulares no tempo e que os montantes que estavam investidos no final do exercício foram sensivelmente os mesmos durante o ano, pode verificar-se que a rentabilidade média das aplicações se manteve baixa, na ordem dos 0,22%, como se pode observar no quadro seguinte (Quadro 2).

Levando em consideração que a taxa média oferecida na banca para novas aplicações, no momento em que se elabora este relatório, ronda os 0,1%, é expectável que esta rentabilidade continue a diminuir no próximo exercício.

QUADRO 2 – RENTABILIDADE MÉDIA DOS MEIOS LÍQUIDOS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Montante médio Aplicado	8.816.000,00 €	10.076.965,82 €	9.700.000,00 €	7.601.026,56 €	7.150.000,00 €	7.000.000,00 €
Resultados Financeiros	276.430,69 €	222.976,24 €	100.741,82 €	45.625,85 €	16.186,79 €	15.218,54 €
Rentabilidade Média	3,13%	2,20%	1,04%	0,60%	0,22%	0,22%

5.2- GASTOS (ANTES DENOMINADOS CUSTOS)

Os gastos com Pessoal onde se incluem as retribuições aos membros das Comissões de Avaliação Externa e com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), continuam a ser as rubricas mais relevantes da estrutura de custos da Agência. Em 2018, devido à retoma da regularidade nos ciclos de avaliação, interrompida em 2017, houve um aumento de 6% especialmente motivado pelo aumento em deslocações e estadas, uma rubrica de

gastos variáveis diretamente proporcional ao número de visitas efetuadas a IES. Em todo o caso, foi conseguida uma poupança nos gastos com remunerações a pagar aos membros das CAE, que está relacionada com a economia de escala que as creditações institucionais permitem. Entre as poupanças mais relevantes em FSE's constam a redução dos gastos com serviços jurídicos e diminuição nos projetos de investigação financiados.

Em Gastos com o Pessoal, tiveram especial impacto as diminuições dos custos com pensões de reforma e senhas a pagar ao Conselho de Revisão, em face do menor número de recursos apresentados durante 2018.

Ainda no que se refere às rubricas dos gastos, refira-se, por fim, que as depreciações do activo imobilizado continuam a ser efectuadas pelas taxas máximas permitidas e atingem, no fecho do ano, o montante de 14.145 euros.

6. CONTAS DE BALANÇO

Fruto do aumento nas disponibilidades e contas a receber, o Ativo readquiriu uma tendência de crescimento em 2018, para níveis próximos daqueles registados em 2013 e 2014. Composto quase exclusivamente por Ativos Correntes, este montante é ainda positivamente afetado pelo investimento na plataforma eletrónica que se encontra registado como ativo incorpóreo em curso. A evolução é visível no Gráfico 5.

Correspondentemente, o mesmo crescimento é observado no conjunto do Passivo e Capitais Próprios, como se pode observar no Gráfico 6.

A diminuição nos capitais próprios provocada pela incorporação nos resultados transitados, do resultado líquido do exercício de 2017, é compensada pelo aumento do passivo, nomeadamente do de curto-prazo, onde os diferimentos de taxas já recebidas, mas ainda não reconhecidas como rendimento, assumem a maior relevância.

A Agência encontra-se assim numa situação patrimonial de elevada liquidez expressa nos rácios de liquidez corrente e geral que são, respetivamente, de 1,71 e 1,59. Esta capacidade para fazer face às obrigações de curto-prazo é mais facilmente observável através do Gráfico 7. Também a cobertura do passivo por parte dos capitais próprios se mantém num rácio saudável de solvabilidade de 0,72, ainda que tenha sido afetado pela já referida diminuição nos capitais próprios.

GRÁFICO 5 - COMPOSIÇÃO DO ATIVO



GRÁFICO 6 – COMPOSIÇÃO DO PASSIVO E CAPITALS PRÓPRIOS

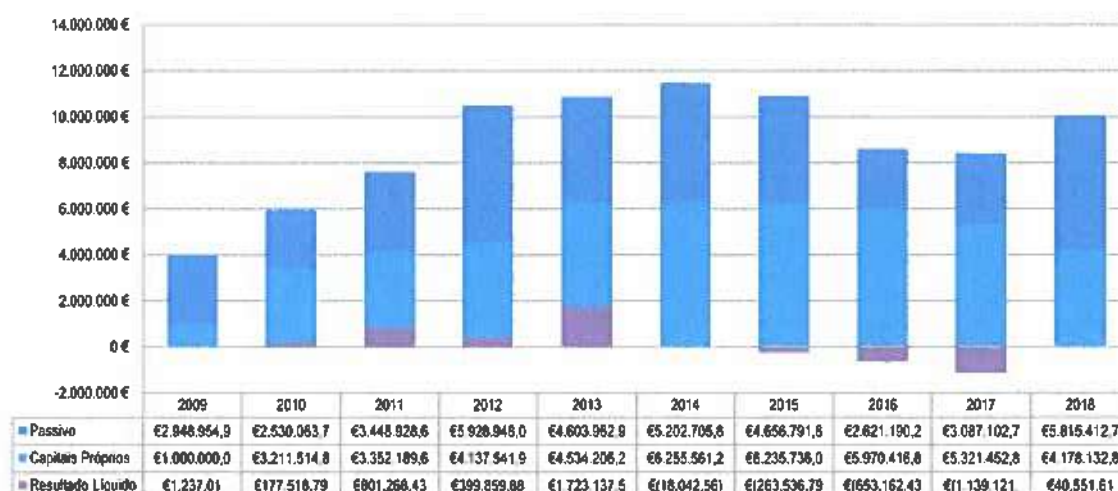


GRÁFICO 7 – COBERTURA DAS OBRIGAÇÕES NO PERÍODO 2009-2018



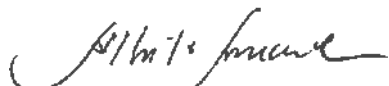
Concluindo, este primeiro ano de um novo ciclo de creditações fica marcado, em termos contabilísticos, pelo equilíbrio da conta de exploração, pela sustentabilidade futura das obrigações, elevada liquidez e uma execução orçamental dentro dos parâmetros que haviam sido previstos.

É de esperar que, nos próximos anos, o critério de especialização dos exercícios cada vez mais detalhado, processo a processo, torne possível evitar as oscilações notadas no ciclo anterior (2009-2017) cujo resultado final e acumulado, apesar de equilibrado, teve por vezes variações que dificultaram a leitura anual das contas, requerendo sempre a sua contextualização num panorama mais alargado.

É tudo quanto de relevante há a referir neste relato que, como acima se disse, complementa o Relatório de Atividades de 2018, apresentado também neste momento.

Lisboa, 24 de Abril de 2019

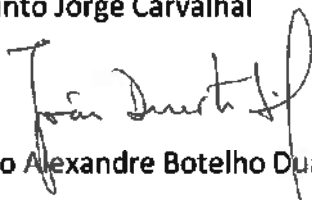
O Conselho de Administração,



Alberto Manuel Sampaio Castro Amaral



Jacinto Jorge Carvalho



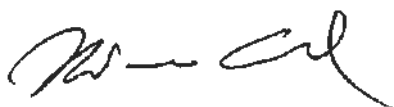
João Alexandre Botelho Duarte Silva



Sérgio Machado dos Santos



Maria Teresa Duarte



José António Sarsfield Cabral



Armando Pires